

Desigualdades nas despesas em educação e o papel do Fundeb em Santa Catarina*

Felipe César Marques

Em continuidade à série de boletins produzidos periodicamente pelo grupo de pesquisa Callipolis, cujos temas abordam as políticas educacionais no Brasil e no estado de Santa Catarina, o presente boletim, terceiro da série, trata das despesas em educação nos municípios de Santa Catarina e, em especial, no papel do Fundeb na redução das desigualdades municipais na área.

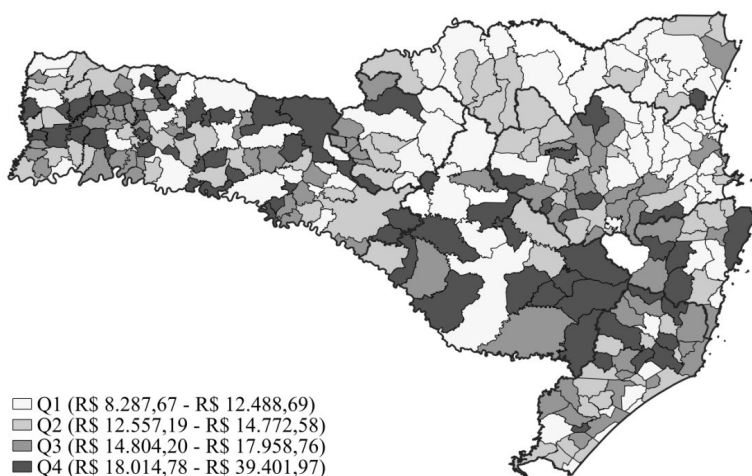
O estado de Santa Catarina possuía, em 2022, 1,69 milhões de alunos matriculados na educação básica, segundo dados do Censo Escolar de 2022. Deste total, a maior parte deles se concentrava nas redes municipais de ensino, responsáveis por mais de 844 mil matrículas, o que representa, aproximadamente, 43% das matrículas na educação básica no estado.

Visando garantir os recursos necessários ao atendimento destes alunos, a Constituição Federal, em

seu artigo 212, determina que a União deve aplicar, no mínimo, 18% de sua receita proveniente de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, enquanto que estados e municípios devem aplicar, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais na área da educação.

Ainda que, a princípio, a fonte de financiamento mínimo para a educação básica esteja legalmente garantida, na prática, estes valores podem ser bastante distintos em cada município, dependendo, por exemplo, da sua capacidade de arrecadação e do número de alunos atendidos. Para melhor visualizar este cenário, a Figura 1 apresenta a distribuição de recursos aplicados por aluno na educação básica municipal no ano de 2022 nos municípios do estado de Santa Catarina, segmentados por quartil.

Figura 1: Despesa municipal aplicada em educação por aluno no Estado de Santa Catarina, 2022.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Siconfi e do Censo Escolar 2022.

*Devido à indisponibilidade de dados, não foram incluídos neste boletim os municípios de Alfredo Wagner, Brunópolis, Lacerdópolis, Mafra, São Cristovão do Sul e São Domingos.

Tabela 1: Distribuição anual de recursos na educação básica municipal por aluno no estado de Santa Catarina, 2015-2022.

Ano	Média	Mediana	Max/Min	p90/p10	p75/p25	Gini
2015	7.929,86	7.609,77	3,277	1,983	1,429	0,147
2016	8.227,92	7.885,16	3,171	1,895	1,363	0,137
2017	8.658,69	8.314,06	4,169	1,911	1,362	0,137
2018	9.383,67	8.948,27	4,105	1,856	1,392	0,141
2019	9.990,29	9.651,45	3,117	1,811	1,384	0,130
2020	9.224,74	8.704,37	4,098	1,854	1,377	0,135
2021	12.055,43	11.458,36	3,907	1,853	1,365	0,137
2022	15.811,00	14.804,20	4,754	1,910	1,430	0,150

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Siconfi e do Censo Escolar 2022.

Na média, a despesa anual por aluno nos municípios do estado foi de R\$ 15.811. No entanto, o município com a maior despesa por aluno (Arvoredo) gasta aproximadamente R\$ 39.400, o que representa 4,75 vezes mais que o município com a menor despesa por aluno (Camboriú), que gasta pouco menos de R\$ 8.300. O índice de Gini para as despesas em educação por aluno entre os municípios do estado em 2022 foi de 0,15.

Outras informações a respeito da distribuição dos recursos municipais em educação no estado de Santa Catarina, no período de 2015 a 2022, são apresentadas na Tabela 1, com valores atualizados para o ano de 2022. O que se observa, em linhas gerais, é que, embora a despesa anual média por aluno tenha praticamente dobrado no período, a desigualdade entre os municípios manteve-se constante.

Reconhecendo a existência dessas desigualdades, a Constituição Federal prevê ainda, em seu artigo 212-A, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Trata-se de um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito

Federal, no qual cada município e o Governo do Estado contribuem com o montante de 20% sobre a arrecadação de uma cesta de impostos previamente definida. Os recursos do Fundeb são então redistribuídos entre o estado e os municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados em cada ente, e devem ser aplicados em educação, garantindo assim uma distribuição mais equitativa dos recursos para a área.

Para dimensionar o impacto do Fundeb na redução das desigualdades, estimou-se quais seriam os recursos que cada município teria disponível para gastar anualmente em educação na hipótese de não existência do Fundeb, supondo que os municípios não alterassem a proporção dos demais recursos já aplicados na área. Os resultados desta simulação para período de 2015 a 2022 são apresentados na Tabela 2, com valores atualizados para 2022. Neste caso, para o ano de 2022, a despesa média por aluno nos municípios seria de R\$ 16.746,65. Porém, a diferença entre o município com a maior despesa por aluno (Barra Bonita) para o município com a menor despesa (Camboriú) saltaria para 13,19 vezes.

Tabela 2: Distribuição anual de recursos na educação básica municipal por aluno no estado de Santa Catarina na ausência do Fundeb, 2015-2022.

Ano	Média	Mediana	Max/Min	p90/p10	p75/p25	Gini
2015	8.594,67	7.278,40	12,908	3,447	2,052	0,280
2016	8.874,50	7.472,29	10,731	3,693	2,134	0,281
2017	9.148,58	8.000,87	12,261	3,691	2,141	0,281
2018	9.853,43	8.192,88	12,353	3,768	2,145	0,288
2019	10.525,87	8.877,83	12,243	3,548	2,138	0,280
2020	9.576,23	7.925,96	12,531	4,057	2,243	0,290
2021	12.714,29	10.389,57	12,341	3,767	2,195	0,287
2022	16.746,65	13.771,99	13,186	3,582	2,084	0,276

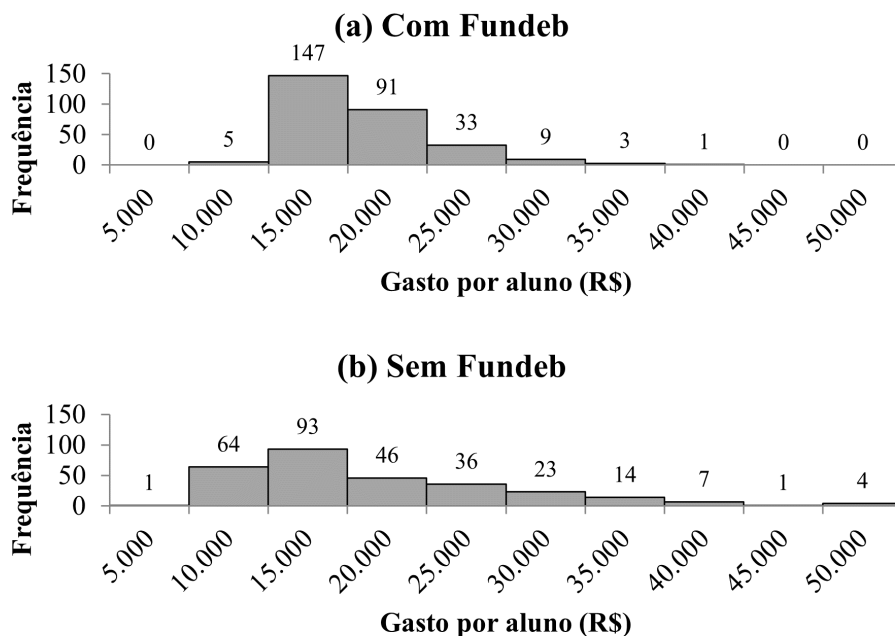
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Siconfi, do Censo Escolar 2022 e da Fecam.

Verifica-se, em especial que, com exceção dos anos de 2015 e 2022, a desigualdade na aplicação de recursos em educação entre os municípios catarinenses medida pelo índice de Gini cai pela metade graças à redistribuição de recursos promovida pelo Fundeb. A relevância do Fundeb para a redução das desigualdades é reforçada ainda pela Figura 2, que apresenta a distribuição dos municípios em relação aos recursos aplicados em educação por aluno no ano de 2022 no cenário atual

e, alternativamente, considerando a inexistência do Fundeb.

Dessa forma, diante do possível aumento expressivo das disparidades entre os municípios catarinenses em um cenário de sua inexistência, destaca-se o papel fundamental do Fundeb no financiamento da educação básica. Sua manutenção e aprimoramento são essenciais na busca pela equidade no acesso à educação no estado.

Figura 2: Distribuição dos municípios em relação ao gasto anual por aluno, com e sem Fundeb, 2022.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Siconfi, do Censo Escolar 2022 e da Fecam.